

# Sim ao Rio Grande



Propostas da Frente Popular

# Políticas Públicas de Combate ao Racismo



**Lula** PT  
**PRESIDENTE**  
 VICE JOSÉ ALENCAR

GOVERNADOR VICE ROSSETTO  
**TARSO**  
 Sim ao Rio Grande

# POLÍTICAS PÚBLICAS

## CONTEXTUALIZAÇÃO, REALIZAÇÕES E AVANÇOS DO GOVERNO

*A palavra de ordem "Reparações Já!", aprovada consensualmente em Durban, durante a Conferência Internacional Contra o Racismo, unificou povos submetidos à destruição civilizatória, como índios e negros, na luta por medidas reparatorias por parte daqueles que se beneficiaram de práticas genocidas. A Conferência também aprovou a qualificação do tráfico de escravos e a escravidão como "crimes lesa-humanidade".*

*A política das Reparações e sua relação na macropolítica econômica, em âmbito nacional e internacional, deve estar vinculada a um projeto de desenvolvimento para o Brasil concretamente pautado no desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, a inversão de prioridades é questão central e as Reparações são o eixo que reestrutura a capacidade de autodeterminação dos povos Negro e Indígena.*

*O Governo Democrático e Popular acumulou experiências positivas como, por exemplo, o corte étnico na discussão da Economia Popular e Solidária e o trabalho com os Povos Indígenas e Remanescentes de Quilombos, que culminou no Decreto Lei 11.731, que regulamenta as Terras de Quilombos.*

*Estas políticas devem ser aprofundadas no próximo período. Além disto, a realização da I Conferência Estadual do Conselho de Desenvolvimento e Participação para a Comunidade Negra e a III Conferência dos Povos Indígenas, bem como o processo de descentralização do Codene (Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra), em nove regiões do estado, foram base para a construção das políticas públicas para as comunidades Negra e Indígena com ampla participação popular.*

# POLÍTICAS DE COMBATE AO RACISMO

## DIRETRIZES DA POLÍTICA DE COMBATE AO RACISMO

Nossa proposta de governo institui a adoção de políticas anti-discriminatórias, de igualdade de direitos e oportunidades sociais, econômicas e culturais e as Reparações como concepção, diretrizes e metas como um direito dos Povos Negro e Indígena.

Cabe politizarmos o debate, não permitindo que a idéia de Reparações seja associada com alguma espécie de indenização financeira individual ou com políticas de cotas de forma reducionista e isolada, mas sim como um conjunto de medidas que partam do Estado e venham a começar a corrigir equívocos e atrocidades históricas. O que propomos são iniciativas que se somem em um processo de mudanças no padrão mundial e, sobretudo, brasileiro, de relações raciais.

A desigualdade racial no Brasil, evidenciada, principalmente, por pesquisas em relação à presença do/a negro/a no mercado de trabalho e nas universidades, se insere cada vez mais na agenda política do país, sendo fruto de polêmicos debates. Este é o contexto que faz surgir, com maior força, o debate sobre a adoção de ações afirmativas no Brasil, reforçado pela realização da Conferência e da conseqüente luta por Reparações.

O racismo, enquanto ideologia, se manifesta de forma concreta nas práticas discriminatórias, que, da abolição até os dias atuais, impede os/as negros/as de competirem em condições iguais no mercado de trabalho e no sistema educacional universitário público.

Uma mudança no sistema educacional, por parte de um Governo Democrático e Popular, passa não somente pela criação de possibilidades de acesso de negros/as às universidades, mas sim pela inclusão da história da África nos currículos de licenciatura, de uma revisão nos livros didáticos, pela capacitação de profissionais. Um investimento no ensino fundamental pode, a longo prazo, dispensar a necessidade de uma política de cotas. Da mesma forma, cotas para contratação de negros/as devem vir acompanhadas de uma política que mude também a disparidade salarial, extinguindo a divisão racial do trabalho.

As cotas, enquanto parte das políticas afirmativas, podem significar uma possibilidade mais imediata na luta contra a discriminação. Porém, a luta contra o racismo requer um debate menos reducionista, que não aponte apenas meros mecanismos de garantia de espaço na competição cotidiana, mas, sim, mude idéias e conceitos, mude a concepção de relação com a diferença. A instituição de uma política de cotas nos múltiplos espaços públicos e privados é a materialização efetiva da transversalidade do processo de Ações Afirmativas, dentro de uma centralidade política de cunho reparatório, que estrutura, para os setores negro e indígena, o Desenvolvimento com Cidadania e Participação Popular.

A nossa presença na institucionalidade tem como alicerce a democracia participativa. O Orçamento Participativo deve ser mais um instrumento que aproxime militantes do movimento negro e a população em geral, discutindo e orientando as ações do governo que visem combater o racismo e as práticas discriminatórias no Rio Grande do Sul.

Da mesma forma, o Codene deve ser um importante canal de diálogo com o movimento e a sociedade civil, com visibilidade e estrutura de funcionamento garantida pelo Estado.

À luz de nossas experiências em administrações, as políticas públicas de promoção da igualdade e de ações afirmativas devem, necessariamente, serem propostas enquanto um conjunto de políticas transversais, isto é, que permeiam e norteiam amplos setores de um Governo Democrático e Popular não partindo unilateralmente de um órgão.

É necessário intensificar o diálogo com as "secretarias fim", como a Saúde (discussão de doenças étnicas, como a Anemia Falciforme), a Cultura (garantindo maior espaço para a cultura de matriz africana) e a Educação.

**REPARAÇÕES  
JÁ!**



# PROGRAMA INTEGRADO DE AÇÕES AFIRMATIVAS

## Educação

- Garantir nos currículos escolares e na formação de professores a discussão da verdadeira história da formação do povo brasileiro, reafirmando o valor do negro no Brasil;
- Identificar as relações de discriminação na educação escolar, tendo como referência o alto índice de reprovação e evasão de afro-brasileiros;
- Elaborar programas educativos em parceria com outras secretarias de Estado com ampla divulgação na TVE;
- Aquisição de livros didáticos e de escritores contemporâneos que abordem a cultura e religiosidade negra para distribuição nas bibliotecas escolares;
- Estabelecer um programa de aquisição de literatura que aborde a cultura e religiosidade negra e indígena, para ser utilizado no sistema educacional do Estado, municípios e rede privada.
- Implementação dos Princípios e Diretrizes da Educação Pública Estadual definidos na Constituinte Escolar junto às comunidades negras;
- Garantir a formação de educadoras e educadores populares negros e o transporte escolar nas comunidades remanescentes de Quilombos;
- Garantir o debate de Políticas afirmativas referentes à questão da população afro-descendente na universidade pública (UERGS), escolas técnicas e de Saúde Pública.

## Inclusão Social

- Implementação do SOS racismo de forma descentralizada no estado;
- Garantir que a Defensoria Pública do Estado atenda com prioridade as vítimas de racismo;
- Realizar, divulgar e estimular a participação da comunidade negra em cursos, seminários, conferências e fóruns pertinentes às questões sociais, promoção e inclusão social;
- Garantir a inclusão de membros da comunidade negra nos programas, ações e políticas de inclusão social;
- Dar continuidade ao Programa de Regularização Fundiária das Áreas das Comunidades Remanescentes de Quilombos;
- Estimular e propor aos Municípios a criação de Conselhos Municipais da Comunidade Negra e mobilizar a comunidade negra gaúcha para a Criação do Conselho Nacional do Negro;
- Articular a comunidade negra, em conjunto com outros movimentos sociais, para a proposta de Projeto de Lei que definam o 20 de novembro como feriado nacional;
- Defesa do Projeto de Lei nº 3.198 que institui o Estatuto da Igualdade Racial, em tramitação no Congresso Nacional.

## Saúde

- Divulgar e estabelecer programas que esclareçam as causas, sintomas e tratamento da anemia falciforme, doença que atinge a raça negra;
- Divulgação dos locais onde são realizados teste do pezinho e dos Centros de Referência para aconselhamento e tratamento da anemia falciforme;

- Discussão das questões relacionadas à população negra nos Conselhos Municipais e Estadual de Saúde;
- Promover ações de saúde nas comunidades negras economicamente desfavorecidas;
- Desenvolvimento de pesquisas e estudos em saúde coletiva com enfoque de gênero e etnia. Criar um banco de dados referente à saúde da mulher negra.

## Geração de trabalho e renda

- Promover campanhas de incentivo às empresas que empregam maior número de afro-descendentes;
- Apoio nos projetos de gestão de empreendimentos para a comunidade negra;
- Estabelecer um Programa de Desenvolvimento Econômico e Étnico Sustentável para as comunidades quilombolas no Estado;
- Incorporação do tema da questão racial no projeto das incubadoras;
- Equidade, no que se refere à presença dos negros no serviço público.

## Cultura

- Inclusão nos programas da Secretaria de Cultura das manifestações e práticas culturais da comunidade negra;
- Inclusão da comunidade negra na discussão, elaboração e implementação de políticas culturais, como nos Conselhos de Cultura;
- Criar mecanismos que garantam visibilidade positiva dos afro-descendentes nos meios de comunicação, para desenvolver e estimular a implantação de programas especiais de valorização das populações afro-descendente e indígena;
- Mapeamento das manifestações da comunidade negra para inclusão no calendário de eventos da Secretaria de Cultura do Estado;
- Maior intercâmbio da cultura negra (seminários, palestras e debates), como forma de descentralizar a cultura no interior do estado, como o programa Hip-Hop Sul da TVE;
- Fomentar a discussão de políticas específicas para a capoeira como patrimônio legítimo de manifestação cultural da comunidade negra;
- Realização de seminários para debater as políticas de Reparações.

## Segurança

- Acompanhamento e assessoria aos cidadãos negros(as) que tenham seus direitos civis violados por atos discriminatórios;
- Discussão dos temas de raça e gênero nos cursos de formação de policiais civis e militares, e servidores da SUSEPE e IGP;
- Denunciar e punir os casos de racismo dentro das corporações policiais independente do grau de hierarquia do que as cometeram;
- Ações para reversão da cultura policial no que se refere à abordagem efetuada por agentes policiais quando o abordado é um cidadão negro(a).